

## CONGRESSO ATENDE EMPRESÁRIOS, RASGA CLT E APROVA PL 4330

*Com as portas fechadas para o povo, deputados aprovam projeto que amplia a terceirização*

**N**a quarta-feira (8), a Câmara dos Deputados fez exatamente aquilo que os empresários cobravam e impôs um enorme ataque aos direitos dos trabalhadores. O texto-base do PL 4330 aprovado na Câmara dos Deputados amplia a terceirização e abre caminho para que se precarize as relações trabalhistas. Ao final, 324 deputados votaram favoravelmente ao projeto, 137 parlamentares foram contrários e apenas 2 se abstiveram. (veja na tabela ao lado como votaram os partidos).

Indignado, o presidente da CUT, Vagner Freitas, apontou o tamanho do prejuízo que os parlamentares causaram ao país. "Hoje, no Congresso Nacional, vimos os deputados conduzirem o maior processo de retirada de direitos da história do Brasil", afirmou o líder sindical. "Nossa resposta aos patrões será nas ruas, vamos parar o Brasil."

Na próxima terça-feira 14 serão apreciados os destaques apresentados pelos partidos sobre os pontos polêmicos, que serão

decididos em votações separadas. Depois o projeto segue para tramitação no Senado, onde, se houver alteração, volta para nova votação na Câmara. Só então vai para a sanção da presidenta Dilma Rousseff.

"Não podemos nos calar. Vamos ampliar a mobilização contra esse projeto e denunciar os deputados que votaram a favor do projeto para que o povo brasileiro não reeleja os traidores da classe trabalhadora", disse Eric Nilson, presidente do Sindicato que esteve presente em Brasília, juntamente com outros diretores do Sindicato dos Bancários do ABC e sindicalistas de outras categorias, pressionando os deputados para não aprovarem esse PL.

"A partir do dia 15 vamos ampliar a nossa organização pois a luta continua contra esse projeto que é um retrocesso trabalhista", conclama Belmiro Moreira, diretor do Sindicato.

Veja no verso as consequências da aprovação desse Projeto de Lei.

	TOTAL	SIM	NÃO	SIM	NÃO
PT	61	0	61	0%	100%
PSDB	46	44	2	96%	4%
PMDB	61	54	6	89%	10%
PSOL	5	0	5	0%	100%
PCdoB	13	1	12	8%	92%
PTB	22	16	6	73%	27%
PP	37	34	3	92%	8%
PRB	17	13	4	76%	24%
DEM	19	17	2	89%	11%
PSD	30	27	2	90%	7%
PPS	11	8	3	73%	27%
PR	30	23	6	77%	20%
PSC	10	8	2	80%	20%
PDT	18	13	5	72%	28%
PMN	2	2	0	100%	0%
PROS	11	8	3	73%	27%
PEN	2	2	0	100%	0%
PHS	5	4	1	80%	20%
PRP	3	3	0	100%	0%
PSB	30	21	9	70%	30%
PSDC	2	2	0	100%	0%
PSL	1	0	1	0%	100%
PTC	2	0	2	0%	100%
PTdoB	2	2	0	100%	0%
PTN	4	2	2	50%	50%
PV	6	6	0	100%	0%
SOLID.	14	14	0	100%	0%

### Eleições para nova diretoria do

## Sindicato acontecem nos dias 13, 14 e 15 de abril

Haverá urnas itinerantes e urna fixa na Sede do Sindicato

Eleição terá chapa única encabeçada pelo atual  
secretário de Finanças, Belmiro Moreira

**Não deixe de votar!!**

**DIA 15 A PARTIR DAS 18 HORAS**

**A CATEGORIA ESTÁ CONVIDADA PARA**

**ACOMPANHAR A APURAÇÃO, NA SEDE SOCIAL**

**Rua Xavier de Toledo, 268 Centro de Santo André**

# O que acontece com o trabalhador com a aprovação do PL 4330

O PL 4330 não estabelece limites para a terceirização e afirma que qualquer função, inclusive a atividade-fim das empresas pode ser terceirizada. O modelo poderá ser adotado, inclusive, por órgãos públicos. O que foi aprovado é a generalização da precarização do trabalho. No processo de terceirização, os riscos para o profissional são maiores. Além disso, abre a possibilidade para que o trabalhador seja demitido e não tenha a quem recorrer por seus direitos.

Os riscos e a precarização do trabalho são destacados por um estudo da CUT em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), publicado em 2014. De acordo com o levantamento, o trabalhador terceirizado trabalha três horas a mais, em média, além de receber 25% a menos pelo mesmo serviço.

Segundo o estudo, terceirizados ficam 3,1 anos a menos no emprego do que trabalha-

dores contratados diretamente, além estar mais exposto a acidentes de trabalho, por conta do tempo menor de treinamento.

**Súmula 331** – Hoje os trabalhadores ainda conseguem vitórias na Justiça graças à Súmula 331, que entende a terceirização da atividade-fim como uma maneira de o empregador intermediar mão de obra de forma fraudulenta, visando barateá-la. Muitos terceirizados conseguem, assim, provar que exerciam funções similares aos contratados diretos e os juízes reconhecem seu vínculo com a empresa, determinando o pagamento de direitos, como, no caso dos bancários, os que estão na CCT. Isso não mais ocorrerá se os parlamentares aprovarem o PL 4330.

**Responsabilidade solidária** – Além de liberar a terceirização nas atividades essenciais da empresa, o PL 4330 acaba com a responsabilidade solidária. Isso equivale a dizer que se a terceirizada não arcar com as obrigações

trabalhistas, a tomadora de serviços (no nosso caso, o banco) pode não ter qualquer responsabilidade pelos trabalhadores que prestavam serviço a ela e nem ser cobrada na Justiça.

"Haverá discussão sobre os destaques da PL 4330 no Congresso, mas não nos enganemos, nenhum projeto que aumenta as terceirizações será bom para o trabalhador", explica Eric Nilson.

**Apesar da luta dos sindicalistas da CUT e outras centrais sindicais contra a aprovação do PL da terceirização, a Força Sindical, que também diz representar os trabalhadores, foi favorável à aprovação do projeto de lei. Uma prova clara de que é preciso conhecer bem quem está contra ou a favor dos direitos dos trabalhadores, tanto no mundo sindical quanto da política.**

## CAIXA

# Campanha 'Caixa 100% Pública' é vitoriosa

*Após mobilização nacional de vários meses, governo anuncia que não vai abrir o capital do banco*

O ministro da Fazenda Joaquim Levy e a presidenta da Caixa, Miriam Belchior, anunciaram na última quarta (8) que o governo não vai fazer a abertura de capital da Caixa, embora tenham confirmado a realização de estudo para que isso ocorra na Caixa Seguros, uma das empresas do banco. A negativa oficial ocorre quase quatro meses após a possibilidade ter sido cogitada e alimentada pela mídia, o que gerou resistência imediata envolvendo o movimento sindical e associativo, empregados e conselheiros eleitos no Conselho de Administração (CA), entre outras organizações e autoridades.

A ameaça de diminuir a importância da Caixa como principal banco de política pública e desenvolvimento do País motivou a campanha Caixa 100% Pública, com ampla repercussão nacional. "Ganhamos no argumento, na mobilização, no convencimento e, sem dúvida alguma, ajudamos a consertar a rota do governo, que teve como projeto desde 2003 a valorização da Caixa. Por erro estratégico, ao aceitar pressões externas, foi anunciada essa abertura de capital, mas agora se recoloca a Caixa no seu papel de protagonista no setor financeiro brasileiro e mundial, como agente de políticas públicas", destaca a representante dos empregados no CA da Caixa e diretora sindical Maria Rita Serrano.

Ela destaca, ainda que será necessário debater agora a questão da abertura de capital da seguradora, que é privada, e da qual a Caixa detém em torno de 48% das ações. Além disso, enfatiza, é fundamental continuar a discussão sobre o papel do atual sistema financeiro, cuja lógica perversa beneficia somente os bancos, que lucram com juros altos e a diminuição do emprego no setor. "Por ora vamos comemorar nossa vitória, mas sem esquecer de que a luta é constante, não só nesse caso da Caixa como na manutenção de outros direitos dos trabalhadores que seguem ameaçados, como



**Seminário A Caixa que Queremos realizado pelo Sindicato em março**

é o caso da recente aprovação da PL 4330, que libera a terceirização indiscriminada", avalia.

Para evitar que a Caixa abrisse seu capital ao mercado foram muitas as mobilizações e atividades realizadas por todo o País. Debates, seminários e protestos deram o tom da campanha Caixa 100% Pública, que repercutiu nas redes sociais. No Grande ABC o Sindicato promoveu encontros com os bancários nas agências e um seminário para tratar do tema.